

Artigos

Metodologia para Mensuração das Atividades Características do Turismo: uma aplicação para o Brasil e suas Unidades da Federação

Methodology for measurement of tourism characteristics activities: an application for Brazil and its Federative Units

Metodología de medición de las actividades características del turismo: una aplicación para Brasil y sus unidades de la Federación

Caio César Soares Gonçalves¹; Diomira Maria Cicci Pinto Faria²; Tatiana de Almeida Pires Horta²

¹Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

²Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Palavras-chave:

Economia e turismo;
Produção turística;
Indicadores econômicos do turismo.

Keywords:

Economy and tourism;
Tourism production;
Economic indicators of tourism.

Palabras clave:

Economía y turismo;
Producción turística;
Indicadores económicos del turismo.

Resumo

O objetivo desse artigo é propor uma metodologia para mensurar o tamanho das atividades características do turismo. A proposta parte do princípio da mensuração pelo lado da oferta utilizando as mesmas técnicas empregadas para mensuração das atividades no âmbito das Contas Nacionais e Regionais. Utilizando dados do Brasil e de suas Unidades da Federação, entre os anos de 2010 a 2015, os resultados encontrados apontaram que quanto a contribuição das atividades características do turismo no valor adicionado nacional, os estados litorâneos tendem a se destacar, as regiões Sul e Sudeste são hegemônicas em termos nominais e foi possível observar um decréscimo real no turismo em 2015.

Abstract

The purpose of this article is to propose a methodology to measure the size of characteristic activities of tourism. The proposal is based on the principle of measurement on the supply side, using the same techniques used to measure activities within the scope of National and Regional Accounts. Using data from Brazil and its Federative Units, between the years 2010 to 2015, the results found pointed out, that as far as the contribution of tourism characteristic activities to the national value added is concerned, coastal states tend to stand out, the South and Southeast regions are hegemonic in nominal terms, and it was possible to observe a real decrease in tourism in 2015.

Resumen

El propósito de este documento es presentar una metodología para medir el tamaño de las actividades características del turismo. La propuesta se basa en el principio de medición del lado de la oferta utilizando las mismas técnicas utilizadas para medir las actividades de las

Revisado por pares.
Recebido em: 29/11/2019.
Aprovado em: 17/02/2020.



Cuentas Nacionales y Regionales. Utilizando datos de Brasil y sus Unidades Federativas, en el periodo de 2010 a 2015, los resultados encontrados señalaron que, en cuanto a la contribución de las actividades características del turismo, los estados costeros tienden a destacarse, las regiones del Sur y Sudeste tienen gran importancia en términos nominales y se ha verificado una disminución real del turismo en 2015.

Como citar: Gonçalves, C. C. S.; Faria, D. M. C. P.; Horta, T. A. P. (2020). Metodologia para Mensuração das Atividades Características do Turismo: uma aplicação para o Brasil e suas Unidades da Federação. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 14 (3), p. 89-108, set./dez. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.1908>

Dados abertos: <http://dx.doi.org/10.17632/hwdwb3nwf.2>

1 INTRODUÇÃO

O turismo pode ser conceituado e analisado de diferentes formas devido as suas características particulares e sua multidisciplinaridade intrínseca. Sob a ótica econômica, seus impactos são múltiplos para diferentes setores econômicos e instiga uma das principais questões da área: qual o tamanho da economia do turismo. A busca de informações quantitativas sobre o turismo se torna ainda mais relevante dado que estudos como os de Casimiro Filho (2002) e Takasago, Guilhoto, Mollo e Andrade (2010) apontaram que o turismo pode desempenhar um papel proeminente na geração de emprego e renda e assim colaborar para redução de desigualdade e pobreza no país.

A mensuração da atividade turística é objeto de estudo e possui um conjunto de recomendações internacionais para tal (UNStats, 2008a; UNStats, 2008b). No entanto, essas recomendações preconizam a utilização de um número de informações pelo lado da demanda que muitos países, como o Brasil, não possuem ou estão em processo de elaboração. Por outro lado, informações do lado da oferta podem ser utilizadas para essa mensuração, principalmente por se tratar da principal ótica que o Brasil desenvolveu nos últimos anos em seu Sistema de Contas Nacionais.

Não apenas esse desafio relacionado a falta de informações está presente nos estudos do turismo, mas também sua própria definição. Uma atividade econômica pode atender tanto turistas quanto residentes, sendo que o produto turístico "é classificado pela condição de turista daquele que o consome," ou seja, o produto turístico é todo e qualquer produto, desde que seja consumido por um turista (Santos & Kadota, 2012, p. 24).

A certeza sobre isso é que dificilmente existirá uma mensuração exata. Nesse contexto, realizar a mensuração da atividade do turismo utilizando as chamadas Atividades Características do Turismo (ACTs), permite uma aproximação daquilo que se conhece como turismo e se torna crucial para entender como o conjunto de setores que compõem esta atividade se comporta, mesmo admitindo-se um certo grau de superestimação.

Santos (2016) descreveu o cenário da pesquisa de turismo no Brasil e mostrou que, em relação à evolução do dimensionamento econômico dentro dos órgãos oficiais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) focou até 2012 nos estudos da mensuração da produção das ACTs (IBGE, 2012), não tratando da diferenciação do consumo dos residentes e não residentes, na mesma linha do presente estudo. Por sua vez, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) atuou a partir de 2003 na construção do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor do Turismo (SIMT) para mensuração do emprego no turismo, sendo que distingue o tipo de consumidor ao empregar o coeficiente de atendimento turístico (Ipea, 2006).

O objetivo do presente artigo é propor uma metodologia para mensurar o tamanho das Atividades Características do Turismo (ACTs), bem como sua evolução, aplicando-a para a economia brasileira e suas Unidades da Federação entre os anos de 2010 a 2015.

O artigo contribui para a discussão regionalizada do tamanho da economia do turismo, ao expandir os estudos realizados pelo IBGE que se concentraram em uma escala nacional, pois iremos investigar a diferenciação das ACTs entre as Unidades da Federação. Até então, não há na literatura brasileira estudo que calcule uma medida para a produção turística consistente com as Contas Nacionais e com comparabilidade dos resultados no tempo, no espaço e entre setores em nível regional. Apenas iniciativas isoladas de órgãos regionais de estatística pública, por exemplo, os estudos da Fundação de Economia e Estatística (2016) para o Rio Grande do Sul, Fundação João Pinheiro (2017) para Minas Gerais, entre outros.

As novas séries do Sistema de Contas Nacionais e Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passaram a utilizar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0 como referência, adotando o ano de 2010 como base, que permitiu uma maior desagregação das atividades turísticas a nível de subclasse, como também a possibilidade de trabalhar com fontes de informações que já utilizavam as CNAE's, como o Ministério do Turismo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) e a Fundação João Pinheiro (FJP), contribuiu para uma melhor análise da economia do setor de turismo.

A metodologia para atender o objetivo proposto foi quantitativa. Primeiramente, foram coletados dados sobre a massa salarial das ACTs, no nível CNAE subclasse, disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia, possibilitando estimar uma estrutura de pesos, que posteriormente foram aplicados no valor adicionado dos grupos de atividades econômicas fornecidas a partir das Contas Nacionais e Regionais do IBGE. Por fim, o valor adicionado (VA) das ACTs foi obtido pelo somatório do VA de cada ACT, para todas as Unidades da Federação (UF). Já a nível Brasil, optou-se por uma abordagem bottom-up no sentido que o resultado do VA das ACTs nacional é obtido a partir do somatório dos resultados dos VAs e das UFs.

Além desta introdução, este artigo discorre na segunda seção sobre economia do turismo e a classificação de atividades econômicas adotada no presente estudo. A terceira seção trata da revisão de literatura acerca da mensuração da atividade do turismo no Brasil. A quarta seção aborda a metodologia empregada neste trabalho para a mensuração das ACTs. A quinta seção apresenta os resultados do valor adicionado para as Unidades da Federação e do Brasil discutindo o papel das ACTs nos níveis geográficos e apresenta as taxas de crescimento real calculadas para o conjunto das atividades turísticas, juntamente com o controle utilizado na metodologia, encerrando, na sexta seção, com as considerações finais.

2 ECONOMIA DO TURISMO

De acordo com Nodari (2007), a caracterização do turismo como uma atividade econômica se dá por diversas razões, dentre elas o fato de que o deslocamento compreende gastos e receitas, e principalmente, porque atividades turísticas geram riquezas por meio de um processo produtivo, uma característica típica de uma atividade econômica. Porém, o turismo não pode ser considerado uma indústria, por ser composto por um conjunto de operações de diversos setores econômicos.

São inúmeras as relações entre turismo e economia. O fato de o turismo ser uma atividade econômica faz com que sua dinâmica esteja diretamente condicionada à lógica regente das atividades econômicas em geral. "Sob essa perspectiva, é evidente a necessidade do estudioso do turismo conhecer o funcionamento dos mercados, sendo capaz de compreender como o comportamento dos agentes econômicos determina a produção e o consumo dessa atividade." (Santos & Kadota, 2012, p. 13).

Diante disso, a área de estudo do turismo que analisa os impactos da atividade turística a partir de uma abordagem econômica, ou seja, compreende como o turismo impacta uma localidade, uma região ou país a partir de teorias e conhecimentos provenientes das ciências econômicas, recebe o nome de Economia do Turismo.

O cálculo e a mensuração desses impactos tornam-se desafiadores para os pesquisadores, uma vez que, além da falta de informações que perpassa todo o setor de serviços de forma geral, a atividade turística é constituída por diversos setores, o que torna necessário uma definição das atividades que compõem esse segmento, as chamadas Atividades Características do Turismo (ACTs).

Para a classificação de uma atividade econômica como característica de turismo utiliza-se a identificação por produtos definidos como característicos do turismo. A Organização Mundial do Turismo (OMT) desenvolveu a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas (*Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas - CIUAT*) para criar uniformidade nas comparações das estatísticas a nível internacional.

No Brasil, a classificação de atividade econômica oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos cadastros e registros da Administração Pública é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu estudo sobre o turismo no Brasil, compatibilizou as Atividades Características do Turismo com a CNAE na sua versão mais recente (2.0). (IBGE, 2012)

Com essa compatibilização, torna-se possível mensurar a dimensão da Economia do Turismo e trabalhar com outras fontes de informações como o Ministério do Turismo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) e a Fundação João Pinheiro (FJP), que já utilizavam as CNAE anteriormente. O quadro 1 apresenta a listagem das atividades consideradas ACTs no presente trabalho com seus respectivos códigos CNAE 2.0 subclasse.

Dentro do grupo transportes, foram consideradas ACTs basicamente aquelas que envolvem transporte de passageiros em curtas e longas distâncias, excluindo as partes relacionadas com transporte de carga e mercadorias e deslocamentos típicos da população local.

Com relação ao grupo alojamento e alimentação, consideraram-se os hotéis, apart-hotéis, pousadas, albergues, campings, pensões, outros alojamentos e serviços que têm como característica o preparo de alimentos para consumo imediato, excluindo motéis, o fornecimento de alimentos preparados para empresas, eventos e recepções, os serviços de cantina privativos e os serviços de comida preparada para consumo domiciliar.

Já para os serviços administrativos e complementares, foram considerados característicos do turismo os aluguéis de bens móveis como a locação de automóveis sem condutor e o aluguel de equipamentos recreativos e esportivos. Outros serviços que também estão contidos nessa rubrica são as agências de viagens, operadores turísticos e os serviços de reservas e outros serviços de turismo como assistência a visitantes e promoção do turismo local.

A respeito das atividades de artes, cultura, esporte e recreação, são muitos serviços considerados característicos do turismo, entre eles: a produção teatral; produção musical; produção de espetáculos de dança; produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares; produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares; artes cênicas; e outros.

Quadro 1 - Classificação das Atividades Características do Turismo por grupo de Atividades

(Continua)

Grupo de atividades	Atividades Características CNAE 2.0 subclasse (7 dígitos)
Transporte	4912401:transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual
	4922101:transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto RM
	4922102:transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual
	4922103:transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional
	4923001:serviço de táxi
	4929902:transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
	4929904:organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional
	4950700:trens turísticos, teleféricos e similares
	5011402:transporte marítimo de cabotagem – passageiros
	5012202:transporte marítimo de longo curso – passageiros
	5022002:transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia
5099801:transporte aquaviário para passeios turísticos	
5111100:transporte aéreo de passageiros regular	
5112901:serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	

Quadro 1 - Classificação das Atividades Características do Turismo por grupo de Atividades

(Conclusão)

Grupo de atividades	Atividades Características CNAE 2.0 subclasse (7 dígitos)
	5112999:outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular
	5222200:terminais rodoviários e ferroviários
	5229001:serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada
	5229099:outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
	5240101:operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
	5240199:atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
Alojamento e Alimentação	5510801:hotéis
	5510802:apart-hotéis
	5590601:albergues, exceto assistenciais
	5590602:campings
	5590603:pensões (alojamento)
	5590699:outros alojamentos não especificados anteriormente
	5611201:restaurantes e similares
	5611202:bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas
	5611203:lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
	5612100:serviços ambulantes de alimentação
Serviços administrativos e complementares	7711000:locação de automóveis sem condutor
	7721700:aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
	7911200:agências de viagens
	7912100:operadores turísticos
	7990200:serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
Artes, cultura, esporte e recreação	9001901:produção teatral
	9001902:produção musical
	9001903:produção de espetáculos de dança
	9001904:produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
	9001905:produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
	9001999:artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente
	9002701:atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores
	9102301:atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
	9103100:atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e proteção
	9200301:casas de bingo
	9200302:exploração de apostas em corridas de cavalos
	9200399:exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente
	9319199:outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
	9321200:parques de diversão e parques temáticos
	9329801:discotecas, danceterias, salões de dança e similares
	9329802:exploração de boliches
	9329803:exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares
	9329804:exploração de jogos eletrônicos recreativos
	9329899:outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro (2017), p. 10.

3 MENSURAÇÃO DA ECONOMIA DO TURISMO

O tamanho da economia do turismo é indicado pelo valor adicionado das Atividades Características do Turismo (ACTs), sendo que sua contribuição é a comparação desse valor adicionado com o valor adicionado total da economia ou em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2017, o turismo foi responsável por aproximadamente 10,4% do PIB mundial conforme os dados World Travel & Tourism Council (WTTC, 2018). Em relação aos empregos, 9,9% do total de empregados no mundo realizaram atividades em setores turísticos (WTTC, 2018). Já para o Brasil, essa contribuição foi de 3,17%

em 2015 e em comparação com os países da América Latina, o país ocupou a 14^a posição em relação ao impacto direto do turismo na economia (WTTC, 2019).

É válido ressaltar que existem diferentes abordagens para mensuração da economia do turismo, sendo as principais encontradas na literatura: o modelo insumo-produto, a matriz de contabilidade social, modelos de equilíbrio geral computável e a conta satélite do turismo.

Leontief (1986) introduziu o modelo insumo-produto, que consiste em um método de representação de relações da economia entre setores. Utilizando uma matriz, as linhas e colunas passam a ter significados de compras e vendas, respectivamente, sendo possível obter informações sobre a interdependência entre os setores, relação técnica entre produção e insumos, além da principal relação de equilíbrio da economia, a oferta precisa se igualar a demanda e esses equilíbrios acontecem em nível de produto. A quantidade de informações requeridas é um dos principais desafios para a elaboração das informações de uma matriz insumo-produto e, seu caráter estrutural, faz com que os órgãos oficiais não construam matrizes anuais. O modelo insumo-produto permite o cálculo de multiplicadores e com isso, não só pode ser utilizado no turismo para obtenção de um valor para a economia do turismo, mas também permite calcular impactos diretos, indiretos e induzidos do turismo (Frechtling & Horvath, 1999). O principal insumo necessário para obtenção de uma matriz insumo-produto é a tabela de recursos e usos, outro instrumento de representação numérica da economia.

A matriz de contabilidade social é uma extensão da Matriz Insumo Produto, ao considerar o fluxo de recursos gerados nos setores produtivos e destinados ao consumo e ao investimento, permitindo não só calcular o tamanho do turismo, mas também os efeitos de redistribuição das despesas dos turistas (Akkemik, 2012).

Para os estudos de mensuração e também de impactos, os modelos de equilíbrio geral têm sido amplamente utilizados e a relevância desse tipo de modelagem tem sido reafirmada em vários estudos na área do turismo (Dwyer, 2015; Faria, 2017). Esses modelos consistem em modelos de simulação com sistema de equações das relações dos agentes econômicos com formas funcionais calibradas.

A Conta Satélite do Turismo (CST) é um conjunto de tabelas desenvolvido por organizações internacionais (OMT, OCDE, Eurostat, Divisão Estatística da ONU) como uma forma de padronização das estatísticas do turismo. Entre um dos seus usos, estão presentes a mensuração e os impactos econômicos do turismo (Frechtling, 2010). Ressalta-se que a disponibilidade das informações requeridas para um desenvolvimento consistente do CST não é uniforme entre os países.

3.1 Mensuração no Brasil

Com a evolução das pesquisas de mensuração do turismo no Brasil, diversos estudos se tornaram referência ao longo do tempo.

Rabahy e Rejowski (2001) evidenciaram os principais resultados de um projeto desenvolvido no Brasil, ainda em 1989/90, que estimou um Sistema de Contas Nacionais de Turismo (SCNT). Esse SCNT continha as contas da produção, da renda, de ingressos e gastos em turismo na economia doméstica, de formação bruta de capital, da conta resto do mundo e também calculou multiplicadores de produto, renda e emprego. Focando nas ACTs e utilizando a Matriz Insumo-Produto de 1980, o estudo estimou que o turismo foi responsável por 2,5% da produção nacional em 1989.

O estudo de Cassimiro Filho (2002) se tornou um dos principais no Brasil e de referência para todos os estudos posteriores de impacto do turismo. Ao trabalhar com as ACTs, o autor caracterizou as relações intersetoriais e mediu os impactos da variação na demanda final sobre o produto, emprego e renda no nível nacional. Utilizando a Matriz Insumo-Produto, aplicou os métodos de identificação de setores-chave: índices de ligação de Hirschman-Rasmussen¹, campo de influência e índices puros de ligações, além de calcular os multiplicadores. O estudo revelou que a participação do turismo representou 7,54% do PIB no ano de 1999.

¹ "O índice de ligação de Hirschman e Rasmussen (HR) mensura o grau de encadeamento de um determinado setor com o restante da economia. Deste modelo algébrico, é possível determinar quais são os setores que têm o maior poder de encadeamento dentro de uma economia" (Camargo, Takasago, Guilhoto, Farias, Imori, Mollo & Andrade, 2008, p. 9).

O trabalho de Kadota e Rabahy (2003) desenvolveu os conceitos e os métodos para construção de uma Conta Satélite do Turismo no Brasil e, conforme Santos (2006), pode ser classificado como a primeira versão de uma CST no país. Ao realizar a diferenciação entre residentes e não residentes, os autores, identificaram que as atividades que atendem ao consumo turístico geraram diretamente R\$19,1 bilhões em 1999, o que representou a participação do turismo na economia de 2% do PIB naquele ano.

O IBGE também desenvolveu vários estudos sob a perspectiva macroeconômica do turismo brasileiro, sendo o último publicado no ano de 2012, abordando a economia do turismo para os anos de 2003 a 2009. Utilizando as Atividades Características do Turismo (ACTs) presentes no Sistema de Contas Nacionais, o estudo concluiu que, para o ano de 2003, as ACTs "respondiam por 3,6% do valor adicionado bruto da economia brasileira e por 5,6% do setor de serviços. Em 2009, essas participações passaram a ser de 3,7% e 5,5%, respectivamente." (IBGE, 2012, p. 25).

O estudo de Araújo, Lino e Feitosa (2015) mensuraram os impactos econômicos das atividades turísticas em seis municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória-Espírito Santo, utilizando a estimação dos coeficientes de demanda. O estudo seguiu a metodologia desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2006), que sugere "a construção de um coeficiente de atendimento turístico ou coeficiente de demanda, como forma de identificar o percentual da produção do estabelecimento que é decorrente da atividade de consumo aos visitantes" (Araújo, Lino & Feitosa, 2015, p. 520). Os resultados revelaram que a demanda turística estimada gerou em torno de 4.382 postos de trabalhos formais, representando um percentual de 1,31% do total de vínculos empregatícios nas seis localidades estudadas.

Ao utilizarem o modelo de insumo-produto desenvolvido por Guilhoto, Oliveira e Grameiro (2001) para o Brasil de 1999, Casimiro Filho e Guilhoto (2003) identificaram, por setor, os produtos considerados como turísticos e a participação destes no total produzido pelo setor, para então realizarem uma desagregação dos dados. Essa desagregação permitiu agrupar apenas os setores do turismo e, por fim, construir uma matriz insumo-produto para a economia turística brasileira para o ano de 1999. Em posse da matriz que continha o setor turismo, foi possível realizar as análises setoriais. Os autores concluíram que os produtos da segmentação turística são pouco usados por outros setores no processo produtivo, sendo assim, destinados principalmente à demanda final.

Seis anos mais tarde, Camargo *et al.* (2008) voltaram a discutir a respeito da matriz insumo-produto turística do Brasil, tendo como base o ano de 2004. A partir dos dados fornecidos pela pesquisa Emprego no Turismo do Ipea (2006), os autores encontraram os percentuais de empregados no turismo comparado ao âmbito nacional e revelaram que os investimentos realizados no setor turístico produziram um grande efeito multiplicador induzido, o que corresponderia ao 11º lugar na geração de empregos do país, para o ano de 2002. Esse resultado implica que os benefícios gerados pelo investimento em turismo se estenderiam para outros setores econômicos e não apenas os ligados diretamente ao turismo.

Takasago *et al.* (2010) também evidenciaram o potencial gerador de emprego e renda do turismo no Brasil. A metodologia utilizada foi a estimação de uma matriz insumo-produto do turismo para o ano de 2006. "As estimativas feitas dos efeitos geradores mostraram um bom potencial de geração de empregos, mas principalmente de renda, quando comparados aos potenciais geradores médios da economia brasileira" (Takasago *et al.*, 2010, p. 458).

Takasago e Mollo (2011) realizaram um novo estudo que teve como objetivo principal a mensuração do potencial gerador de emprego e renda, dessa vez para o Distrito Federal (DF). Como no anterior, esse estudo também utilizou como abordagem metodológica a matriz insumo-produto e os coeficientes de empregos fornecidos pelo Ipea (2006). Os resultados indicaram que os setores de alimentação, alojamento e atividades recreativas e culturais foram os que mais se destacaram, tanto na produção, quanto na geração de emprego e renda. A indicação dos autores foi de que esses setores deveriam ser priorizados nas políticas públicas do DF.

Souza, Guilhoto e Silveira Neto (2015) utilizaram a matriz insumo-produto para a região nordeste do Brasil com dados de 2009. No estudo, buscou-se quantificar e elencar as medidas e os impactos no turismo nessa região brasileira, uma vez que foi observado que o turismo se configura como o setor mais importante para

a economia nordestina, além das evidências de uma especialização econômica na região. "Os resultados encontrados mostram uma participação do setor de turismo equivalente a 2,77% do PIB do Nordeste, enquanto que no Brasil essa participação foi de 2,27%." (Souza, Guilhoto & Silveira Neto, 2015, p. 434).

Takasago e Andrade (2008) utilizaram o modelo de equilíbrio geral computável (EGC) estático para a economia brasileira no ano de 2002. Os autores identificaram que "o aumento da demanda doméstica de turismo reduz o PIB brasileiro, mas tem um papel redutor de desigualdade mais significativo, porque aumenta a renda das três faixas de renda mais baixas, e tanto mais quanto mais baixas elas forem, em todos os cenários, reduzindo a renda da faixa mais rica da população" (Andrade & Takasago, 2008, p. 79).

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) também empregou o EGC para estimar os impactos econômicos do Programa de Desenvolvimento Econômico do Turismo (Prodetur) no estado do Rio de Janeiro. Esse estudo concluiu que "as atividades características do turismo se caracterizam, em termos relativos, por atividades de baixo valor agregado para as regiões, com elevado potencial de geração de empregos com remuneração média mais baixa" (Fipe, 2010, p. 89).

Com o objetivo de descobrir a contribuição do turismo cultural para o desenvolvimento regional, Faria (2014) realizou um estudo do impacto econômico do museu mineiro Inhotim, localizado no município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse estudo utilizou um modelo de equilíbrio geral denominado Imagem-B (Integrated Multi-regional Applied General Equilibrium Model - Brazil) que possui uma especificação multiregional integrada, para determinar os impactos econômicos gerados por meio da visita ao museu. Os resultados indicaram impactos positivos, porém o maior impacto sobre o PIB ocorreu na metrópole (Belo Horizonte) com 0,07%, em comparação com Brumadinho, 0,06%.

Por fim, vale mencionar o estudo de Rabahy (2019) que ressaltou a relevância do turismo no Brasil e seu grande valor para a distribuição de renda regional através de uma síntese das estatísticas do turismo até o ano de 2018. Os dados englobaram a movimentação de turistas, os gastos dos turistas internacionais no país, a conta de viagens internacionais (receitas e despesas em viagens extraídas do Balanço de Pagamentos) e os gastos dos turistas brasileiros dentro e fora do país. A estimativa apresentada por Rabahy (2019) foi de que o impacto direto do turismo no Brasil representou 2,98% do PIB no ano de 2011.

4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

A metodologia de mensuração pode ser explicitada em dois estágios. No primeiro estágio utilizou-se a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do período de 2010 a 2015, relativo à massa salarial dos seguintes grupos de atividades econômicas de interesse nesse estudo: i) transporte, armazenagem e correio; ii) serviços de alojamento e alimentação; iii) atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; iv) artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviço. Nomeando a variável relativa a esses grupos de atividade de M , temos que M varia de um a quatro.

A massa salarial foi utilizada como *proxy* para a produção das atividades turísticas e assim um critério de desagregação das atividades para uma aproximação da definição das ACTs. Por exemplo, permite a exclusão de atividades como hotéis dentro dos serviços de alojamento. Essa é uma vantagem da utilização dessa variável devido ao alto grau de desagregação por CNAE. Esse procedimento de abertura das atividades é largamente utilizado pelos órgãos de estatísticas oficiais, principalmente quando se trata de desagregações regionais como adotado pelo IBGE (2015) do nível estadual para o municipal e inclusive utilizando variáveis de emprego como massa salarial e total de ocupados como um dos critérios de rateio. Uma segunda vantagem advém da disponibilidade das informações e uma terceira do alto peso e correlação das remunerações dos empregados (massa salarial mais o total das contribuições sociais) com o PIB².

Vale ainda destacar a hipótese por trás da utilização dessa variável que é a intensidade do fator trabalho na produção das atividades turísticas. Plausível para economias como a brasileira que, conforme Rabahy

² Os dados do IBGE (2019) para o Brasil dos componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda revelaram que em 2015 as remunerações dos empregados corresponderam a 44,6%, o excedente operacional bruto representou 32,1%, os impostos, líquidos de subsídios, sobre produção e importação 15,0% e o rendimento misto bruto 8,3%.

(2019, p. 11) ao destacar o potencial de criação de emprego, o turismo “por se constituir preponderantemente numa atividade do setor de serviços, que notadamente utiliza mão-de-obra de forma intensiva, o potencial gerador de empregos do turismo é muito relevante”.

Em seguida, selecionaram-se os valores da massa salarial encontrados para as atividades econômicas desses grupos, a nível subclasse, pertencente às ACTs. Isto significa que, por exemplo, no grupo de Alojamento e Alimentação, serão consideradas a massa salarial das atividades de hotéis, apart hotéis, albergues, campings, entre outros, conforme listado anteriormente no quadro 1. Essas atividades serão denominadas aqui por m . Como a dimensão de m irá variar de acordo com o grupo de atividade no nível subclasse, tem-se ainda a variável k , que diz respeito ao tamanho da variável m .

Os valores obtidos nessa etapa são referentes a variável massa salarial para as ACTs a nível subclasse, em cada Unidade da Federação para o período analisado, e foram denominadas j .

Posteriormente, visando-se conhecer a participação das ACTs em cada grupo respectivo, estimou-se o peso de cada ACT em seu grupo M . O peso α de uma atividade m dentro de um grupo M , pode ser representado como:

$$\alpha_{mj}^M = E_{mj}^M / \sum_{m=1}^k E_{mj}^M$$

onde α_{mj}^M é o peso da atividade no menor nível de agregação (CNAE Subclasse) de uma região j , k o tamanho de m que varia de acordo com a atividade no nível de divulgação M , E_{mj}^M é a massa salarial no menor nível de agregação (CNAE Subclasse) de uma região j . Como exemplo, tem-se que no grupo Alojamento e Alimentação, o peso encontrado para os hotéis foi de 0,169³, para o ano de 2015. Isso equivale dizer que aproximadamente 16,9% da massa salarial do grupo de Alojamento e Alimentação é constituída pelos hotéis. Essa estrutura de pesos servirá mais tarde como regra de rateio do Valor Adicionado (VA).

Com o peso de todas as ACTs em menor nível (subclasse), é possível agrupar as atividades econômicas em quatro novos grupos (g): transporte turístico; serviços de alojamento e alimentação turístico; serviços administrativos e complementares turísticos; artes, cultura e lazer turístico. Novamente, para exemplificar, somando-se todas as ACTs do grupo Alojamento e Alimentação, o peso encontrado foi de 0,8201, em média. Isso significa que a massa salarial do grupo de Alojamento e Alimentação Turístico corresponde a 82% da massa salarial total do grupo inicial de Alojamento e Alimentação, para o ano em questão. Isso pode ser representado por:

$$\alpha_{mj}^g = \sum_{m=1}^n \alpha_{mj}^M$$

onde α_{mj}^g é o peso dos grupos turísticos g em uma região j e n é o tamanho de cada um dos grupos g .

No segundo estágio, visando determinar o tamanho da economia do turismo via as ACTs em cada unidade da federação (UF), utilizou-se a base de dados das Contas Nacionais e Regionais, utilizando o valor adicionado de cada grupo econômico e aplicando os pesos das ACT correspondentes obtidos no primeiro estágio.

Por exemplo, o valor adicionado, no ano de 2015, para o grupo de Alojamento e Alimentação foi de aproximadamente R\$124.932 milhões, aplicando-se o peso de 82,01% referente ao grupo para o ano em questão, tem-se que o valor adicionado do grupo de Alojamento e Alimentação corresponde à R\$102.456,2 milhões.

Ou seja, o valor adicionado de um grupo turístico g de uma região j (VA_{gj}^*) será o produto entre o peso dos grupos turísticos g em uma região j (α_{mj}^g) e o valor adicionado no maior nível de agregação (VA_j^M). Assim, pode ser representado como:

$$VA_{gj}^* = \alpha_{mj}^g * VA_j^M, m = 1, \dots, n$$

³ No exemplo citado, $E_{mj}^M = R\$417.630.253,10$ e $\sum_{m=1}^k E_{mj}^M = R\$2.464.954.348,90$.

Somando-se o resultado encontrado para os quatro grupos g , por Unidade da Federação, têm-se o que se denomina Valor Adicionado das ACTs para cada UF.

Visando determinar o valor adicionado das ACTs para o país, optou-se por uma abordagem *bottom-up*, no sentido de que o somatório do cálculo realizado para cada UF constitui-se como o valor adicionado das ACTs para o Brasil.

Vale ressaltar que o procedimento relatado acima foi aplicado sobre valores correntes, não havendo informações sobre os valores constantes, índices de volume e de preços. Supondo que o comportamento do volume do grupo de atividade turística (g) seja o mesmo do grupo de atividade de maior nível de agregação que o gerou (M), será possível obter os valores constantes e os índices de preços, da seguinte forma:

$$IV_{t,t-1}^{gj} = IV_{t,t-1}^{Mj}$$

$IV_{t,t-1}^{gj}$ é o fator do índice de volume do tempo t em relação ao tempo $t - 1$ de um grupo g de uma região j e $IV_{t,t-1}^{Mj}$ é o fator do índice de volume do tempo t em relação ao tempo $t - 1$ da atividade de maior agregação M que o originou de uma região j .

Através dessa hipótese sobre os índices de volume, é possível obter o VAT_j a preço constante e obter implicitamente o índice de preço:

$$VA_{gj,t}^* p_{cons} = (IV_{t,t-1}^{gj}) \cdot VA_{gj,t-1}^* p_{corr}$$

$$VAT_{j,t} p_{cons} = \sum_{g=1}^n VA_{gj,t}^* p_{cons}$$

onde $VA_{gj,t}^* p_{cons}$ é o valor adicionado de um grupo específico g de uma região j no tempo t a preço constante;

$VA_{gj,t-1}^* p_{corr}$ é o valor adicionado de um grupo específico g de uma região j no tempo $t - 1$ a preço corrente;

$VAT_{j,t} p_{cons}$ é o valor adicionado das ACTs de uma região j no tempo t a preço constante;

Com isso, os fatores do índice de volume das ACTs ($IVT_{t,t-1}^j$) e de preço (IPT_t^j) será dado pelas razões:

$$IVT_{t,t-1}^j = \frac{VAT_{j,t} p_{cons}}{VAT_{j,t-1} p_{corr}}, \quad IPT_t^j = \frac{VAT_{j,t} p_{corr}}{VAT_{j,t} p_{cons}}$$

onde $VAT_{j,t} p_{corr}$ é o valor adicionado das ACTs de uma região j no tempo t a preço corrente e n o número total de grupos.

Por fim, tem-se que as bases de dados necessárias para o cálculo do valor adicionado das ACTs são: base de massa salarial extraídas da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério da Economia e as Contas Nacionais e Regionais de 2010 a 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A tabela 1 apresenta os pesos a partir da variável massa salarial para desagregação das atividades econômicas apresentadas no quadro 1. Para ilustrar, apresenta-se os resultados para o Brasil. Em 2015, por exemplo, 82,01% de toda a massa salarial dos serviços de alojamento e alimentação foram consideradas ACTs.

Tabela 1 - Pesos para desagregação de atividades – Brasil – 2010-2015 (%)

Atividades econômicas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Alojamento e alimentação turística	80,62	80,41	81,00	81,19	81,37	82,01
Transporte turístico	16,21	16,48	15,86	15,15	14,91	14,93
Serviços administrativos e complementares turísticos	2,52	2,47	2,59	2,62	2,60	2,61
Artes, cultura e lazer turístico	32,52	29,74	29,35	29,26	27,44	25,34

Fonte: Elaborado pelos autores.

No caso do Brasil, os pesos apresentaram uma variação muito pequena ao longo dos anos. Destaca-se que a parte turística da atividade de alojamento e alimentação é bastante significativa, uma média de 81,10%

no período de 2010 a 2015, seguido pela parte relativa às artes, cultura, esportes e lazer (média de 28,94% no período), na sequência o transporte (média de 15,59% no período). O mesmo não acontece com os serviços administrativos e complementares, apenas 2,57% deles são considerados turísticos utilizando a massa salarial.

No caso das Unidades de Federação, de maneira geral, há certa estabilidade nos pesos, salvo algumas exceções. Destacaram-se o peso do transporte turístico em Roraima, com aproximadamente 29% no ano de 2015. Em relação ao alojamento e alimentação turística, destaque para Alagoas e Tocantins, sendo os dois com aproximadamente 90%. Os estados da região Sudeste apresentaram resultados próximos do obtido pelo Brasil.

A tabela 2 apresenta os resultados referentes ao Valor Adicionado (VA) das ACTs, obtido após a aplicação dos pesos em ordem decrescente conforme o ano de 2015.

No ano de 2010, o VA das ACTs no Brasil foi de R\$106.186 milhões, seguido de R\$120.797 em 2011. Em 2012, o VA das ACTs alcançou R\$136.049 milhões e R\$152.318 milhões no ano seguinte. Já para 2014 e 2015, os valores do VA foram R\$171.638 milhões e R\$168.459 milhões, respectivamente. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais apareceram como os estados que mais colaboraram para esses resultados em todos os seis anos.

Tabela 2 - Valor adicionado das ACTs - Brasil e Unidades da Federação - 2010-2015 (R\$ milhões a preços correntes)

Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	106.186	120.797	136.049	152.318	171.638	168.459
São Paulo	35.564	40.240	43.866	51.418	59.493	54.015
Rio de Janeiro	15.102	17.080	18.765	21.758	22.998	23.170
Minas Gerais	9.168	10.384	11.828	12.355	14.899	14.095
Rio Grande do Sul	5.253	5.705	6.787	6.689	7.685	9.105
Bahia	5.109	6.081	6.462	7.668	8.435	8.706
Paraná	4.677	5.734	7.178	7.835	8.312	8.447
Santa Catarina	3.681	4.516	5.668	5.873	5.820	6.592
Goiás	2.611	3.052	3.678	3.868	5.017	5.363
Ceará	3.010	3.288	3.738	4.402	5.141	5.002
Pernambuco	2.944	3.282	3.527	4.242	4.750	4.756
Distrito Federal	3.419	3.274	3.379	4.130	4.530	4.487
Pará	2.058	2.285	2.704	2.755	3.186	3.256
Espírito Santo	2.298	2.701	2.768	2.760	2.920	2.875
Rio Grande do Norte	1.397	1.647	1.711	2.059	2.434	2.409
Mato Grosso	1.362	1.674	1.874	1.870	2.316	2.346
Maranhão	1.289	1.494	2.131	1.664	2.163	2.016
Mato Grosso do Sul	1.253	1.493	2.093	2.014	2.090	1.947
Amazonas	1.185	1.358	1.531	1.985	1.935	1.845
Paraíba	1.059	1.170	1.353	1.383	1.696	1.661
Alagoas	735	882	1.110	1.242	1.250	1.437
Piauí	683	827	931	1.124	1.215	1.309
Sergipe	744	853	874	945	982	1.042
Rondônia	547	634	750	766	685	694
Tocantins	340	365	493	507	574	644
Acre	246	270	275	369	352	487
Amapá	300	326	374	397	435	426
Roraima	152	183	201	241	326	326

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os três primeiros colocados representaram aproximadamente 55% do VA das ACTs total no período analisado, indicando que os grandes centros também são aqueles que oferecem mais serviços turísticos e com isso registram maiores valores adicionados a sua economia. O Paraná, que ocupava a sexta posição no ano de 2010, apareceu como 4º maior VA nos anos de 2012 e 2013, porém retornou à 6ª posição no ano de 2015. O Estado da Bahia e Rio Grande do Sul, juntamente com o Paraná, revezaram a quarta, quinta e sexta posição nos anos analisados. Roraima, Amapá e Acre são os menos expressivos em termos de VA das ACTs relativo ao total do país.

Vale ressaltar que quase 60% do valor adicionado das ACTs se concentra em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul conforme retratado pela tabela 3. E ainda, todos os estados do Norte nunca apresentaram participação superior a 2,0% no período analisado. Em 2015, o conjunto desses estados representou 4,56% do Brasil. Já no Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco são os estados com o valor adicionado mais expressivos.

Tabela 3 - Peso do valor adicionado das ACTs no total do valor adicionado das ACTs do Brasil – Unidades da Federação - 2010-2015 (%)

Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
São Paulo	33,49	33,31	32,24	33,76	34,66	32,06
Rio de Janeiro	14,22	14,14	13,79	14,28	13,40	13,75
Minas Gerais	8,63	8,60	8,69	8,11	8,68	8,37
Rio Grande do Sul	4,95	4,72	4,99	4,39	4,48	5,40
Bahia	4,81	5,03	4,75	5,03	4,91	5,17
Paraná	4,40	4,75	5,28	5,14	4,84	5,01
Santa Catarina	3,47	3,74	4,17	3,86	3,39	3,91
Goiás	2,46	2,53	2,70	2,54	2,92	3,18
Ceará	2,83	2,72	2,75	2,89	3,00	2,97
Pernambuco	2,77	2,72	2,59	2,79	2,77	2,82
Distrito Federal	3,22	2,71	2,48	2,71	2,64	2,66
Pará	1,94	1,89	1,99	1,81	1,86	1,93
Espírito Santo	2,16	2,24	2,03	1,81	1,70	1,71
Rio Grande do Norte	1,32	1,36	1,26	1,35	1,42	1,43
Mato Grosso	1,28	1,39	1,38	1,23	1,35	1,39
Maranhão	1,21	1,24	1,57	1,09	1,26	1,20
Mato Grosso do Sul	1,18	1,24	1,54	1,32	1,22	1,16
Amazonas	1,12	1,12	1,13	1,30	1,13	1,10
Paraíba	1,00	0,97	0,99	0,91	0,99	0,99
Alagoas	0,69	0,73	0,82	0,82	0,73	0,85
Piauí	0,64	0,68	0,68	0,74	0,71	0,78
Sergipe	0,70	0,71	0,64	0,62	0,57	0,62
Rondônia	0,52	0,53	0,55	0,50	0,40	0,41
Tocantins	0,32	0,30	0,36	0,33	0,33	0,38
Acre	0,23	0,22	0,20	0,24	0,20	0,29
Amapá	0,28	0,27	0,27	0,26	0,25	0,25
Roraima	0,14	0,15	0,15	0,16	0,19	0,19

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para ilustrar a composição dos resultados do VA das ACTs, a tabela 4 apresenta a participação dos quatro grupos de atividades que compõem as ACTs, para o ano de 2015 e confirmam a grande relevância do setor de alojamento e alimentação, seguidos das atividades de transportes turísticos. No caso brasileiro, aproximadamente 60% do VA das ACTs de 2015 representou a atividade de alojamento e alimentação turística, 20% os transportes, 14% as atividades de artes, cultura e recreação turísticas, restando 6% das atividades administrativas e complementares turísticas. Esse mesmo padrão é observado para as Unidades da Federação com exceção de alguns estados que apresentam um percentual de atividades culturais turísticas maior que o relativo aos transportes, majoritariamente na região Nordeste.

Outras constatações retiradas da tabela 4 são que a região Sudeste tende a apresentar participação maior no transporte em sua estrutura interna das ACTs, ao contrário do Nordeste que apresenta menores participações, com exceção da Bahia. Por mais que o alojamento e alimentação sempre supere os 50% em todas as Unidades da Federação, os estados do Nordeste e Norte tendem a apresentar maiores participações desse grupo. Não há um padrão regional para os serviços administrativos e complementares turísticos ou artes e cultura e lazer turísticos, porém é válido ressaltar a importância do grupo cultural para o Ceará, Pará e Mato Grosso do Sul em que todos registraram participação em torno de 27%, no ano de 2015.

Ao fazer o comparativo das ACTs com as demais atividades (agropecuária, indústria e serviços não turísticos), no caso do Brasil, as ACTs representaram 3,21% do VA total em 2010 e cresceu a cada ano, alcançando 3,45% em 2014. Porém, teve uma queda, e no ano de 2015 representou 3,27% do VA do país. O gráfico 1

ilustra esse comportamento da participação das ACTs e também dos serviços não turísticos, ao mesmo tempo que a indústria perde espaço na economia brasileira.

Tabela 4 - Composição dos grupos de atividades turísticas no valor adicionado total das ACTs - Brasil e Unidades da Federação - 2015 (%)

Especificação	Transporte turístico	Alojamento e alimentação turística	Serviços administrativos e complementares turísticos	Artes, cultura e lazer turístico
Brasil	19,76	59,69	6,43	14,13
São Paulo	24,93	55,20	7,79	12,08
Rio de Janeiro	27,57	56,86	5,13	10,44
Minas Gerais	21,08	59,45	7,02	12,45
Rio Grande do Sul	16,73	64,01	7,34	11,92
Bahia	18,90	63,56	4,49	13,05
Paraná	17,52	55,52	8,23	18,73
Santa Catarina	8,97	64,33	4,66	22,04
Goiás	11,49	68,00	3,33	17,18
Ceará	9,98	57,94	4,52	27,57
Pernambuco	10,41	68,19	7,74	13,66
Distrito Federal	12,46	63,73	7,29	16,52
Pará	11,85	56,58	4,18	27,39
Espírito Santo	19,60	63,13	4,66	12,61
Rio Grande do Norte	9,18	73,03	5,09	12,71
Mato Grosso	15,36	60,75	7,25	16,64
Maranhão	8,93	66,63	4,82	19,62
Mato Grosso do Sul	13,23	52,18	7,38	27,21
Amazonas	16,85	70,65	5,89	6,61
Paraíba	5,78	69,85	4,10	20,27
Alagoas	8,05	72,54	5,77	13,65
Piauí	8,66	78,92	3,02	9,40
Sergipe	10,27	70,66	5,80	13,27
Rondônia	20,84	59,02	5,14	14,99
Tocantins	11,77	70,15	6,73	11,35
Acre	2,98	77,29	0,98	18,75
Amapá	11,10	78,07	3,07	7,76
Roraima	16,68	60,07	5,42	17,83

Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 1 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado total - Brasil - 2010-2015 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela 5 apresenta a participação do VA das ACTs no VA total de todas as Unidades da Federação para os anos de 2010 a 2015.

Destacou-se a relevância das ACTs no valor adicionado principalmente nos estados nordestinos. Rio Grande do Norte, por exemplo, apresentou a maior participação em 2015, 4,71%, com uma média de 4,54% nos seis anos analisados. Ceará destacou-se em segundo lugar e os estados da Bahia, Rio de Janeiro, Piauí, Amapá e Paraíba foram os outros estados brasileiros que apresentaram média igual ou superior a 3,50%. Em contrapartida, o estado do Tocantins apresentou a menor média no período em questão, 2,39%.

Amazonas, Rondônia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso também apresentaram as menores médias no período. A participação média do VA das ACTs para o Brasil foi de 3,31% (Tabela 5).

2

Tabela 5 - Participação do VA das ACTs no VA total – Brasil e Unidades da Federação - 2010-2015 (%)

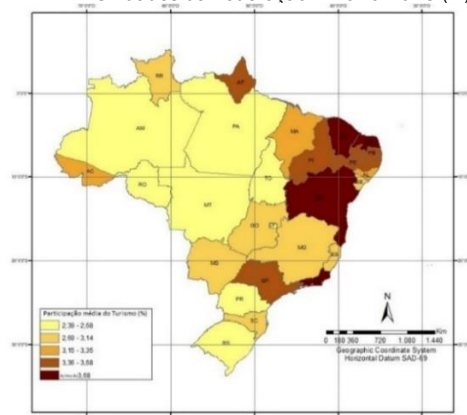
Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Brasil	3,21	3,25	3,32	3,34	3,45	3,27	3,31
Rio Grande do Norte	4,35	4,52	4,15	4,49	5,05	4,71	4,54
Ceará	4,35	4,20	4,45	4,64	4,64	4,36	4,44
Bahia	3,77	4,17	4,06	4,30	4,30	4,03	4,11
Rio de Janeiro	3,98	3,91	3,83	4,07	3,97	4,16	3,99
Piauí	3,47	3,57	3,66	4,04	3,58	3,73	3,68
Amapá	3,95	3,74	3,65	3,37	3,52	3,31	3,59
Paraíba	3,55	3,55	3,59	3,38	3,61	3,32	3,50
São Paulo	3,32	3,40	3,41	3,62	3,83	3,32	3,48
Pernambuco	3,55	3,51	3,25	3,51	3,56	3,54	3,48
Alagoas	3,02	3,09	3,55	3,68	3,35	3,40	3,35
Acre	3,25	3,31	3,00	3,52	2,85	3,91	3,31
Maranhão	3,14	3,25	4,02	2,77	3,16	2,89	3,20
Mato Grosso do Sul	3,02	3,09	3,83	3,29	2,97	2,62	3,14
Santa Catarina	2,82	3,07	3,50	3,25	2,84	3,14	3,10
Goiás	2,80	2,90	3,00	2,89	3,42	3,47	3,08
Minas Gerais	3,00	2,97	3,06	2,88	3,28	3,08	3,05
Sergipe	3,14	3,28	2,98	2,99	2,92	3,02	3,05
Roraima	2,51	2,72	2,85	2,89	3,62	3,41	3,00
Espírito Santo	3,29	3,14	2,88	2,83	2,66	2,86	2,94
Pará	2,73	2,52	2,78	2,50	2,82	2,75	2,68
Paraná	2,42	2,62	2,95	2,72	2,76	2,59	2,68
Distrito Federal	2,81	2,49	2,44	2,74	2,65	2,41	2,59
Mato Grosso	2,74	2,72	2,66	2,38	2,55	2,40	2,58
Amazonas	2,35	2,30	2,57	2,89	2,69	2,54	2,56
Rio Grande do Sul	2,55	2,52	2,76	2,33	2,48	2,73	2,56
Rondônia	2,61	2,62	2,82	2,77	2,26	2,13	2,53
Tocantins	2,29	2,21	2,63	2,34	2,42	2,45	2,39

Fonte: Elaborado pelos autores.

Comparando as ACTs com as outras atividades econômicas, pode-se destacar que no Rio de Janeiro, Distrito Federal, Amapá e no Rio Grande do Norte, as ACTs superam a agropecuária. Em Roraima e no Distrito Federal, as ACTs são maiores do que indústria de transformação.

Todos esses resultados encontrados referentes a participação do VA das ACTs na economia dos estados foram compilados em um mapa que ilustra a dimensão econômica das ACTs no país (Mapa 1).

Mapa 1 - Participação média do Valor Adicionado das ACTs por Unidades da Federação – 2010-2015 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante disso, o mapa 1 ilustra as maiores contribuições das ACTs para os estados da região Nordeste, com destaque para Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. O estado do Rio de Janeiro também aparece em posição de destaque, que corrobora a importância do turismo de sol e praia para o país.

Outros fatores de destaque a serem analisados para esse estudo de estimação do VA das ACTs são as variações dos índices de volume e de preços. O primeiro deles permite analisar a taxa de crescimento real

das ACTs, e o segundo, as variações dos níveis de preços no período do estudo. O gráfico 2 apresenta o comportamento das duas taxas para o Brasil.

Gráfico 2 - Variação percentual dos índices de volume e preço do VA das ACTs - Brasil 2011-2015 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores.

No período analisado, é possível observar que a atividade turística no país cresceu a taxas consideráveis nos anos de 2011 e 2012, 5,12 e 4,31%, respectivamente. No entanto, apresentou queda no ano seguinte (-0,26) e voltou a crescer em 2014, ano de realização da Copa do Mundo de Futebol no país. Em contraste, no ano de 2015 uma queda brusca de -5,99% reverteu o quadro. Em relação ao comportamento dos preços, a variação foi de 13,71% para 2013, quando comparado ao ano anterior, e desde então iniciou-se uma tendência de queda, alcançando 4,93% em 2015.

Tabela 6 - Variação percentual dos índices de volume do VA das ACTs para Unidades da Federação 2011-2015 (%)

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	5,12	4,31	-0,26	2,47	-5,99
Piauí	5,68	9,89	1,77	7,17	1,08
Paraíba	7,78	7,88	5,07	5,72	-2,65
Alagoas	7,90	5,29	1,79	8,79	-2,74
Ceará	5,52	8,01	1,94	5,79	-2,95
Maranhão	7,62	12,37	1,71	5,93	-4,23
Rio Grande do Norte	5,00	4,38	-1,56	4,17	-4,37
Mato Grosso do Sul	10,36	10,49	-0,34	3,73	-4,61
Rondônia	11,39	9,79	-0,43	1,94	-4,64
Tocantins	10,82	10,00	-0,15	10,66	-4,75
Sergipe	6,42	6,76	1,03	5,17	-4,94
Santa Catarina	3,34	2,12	0,36	3,37	-5,24
Acre	4,72	9,93	-2,10	6,43	-5,29
Mato Grosso	4,73	6,21	3,38	5,81	-5,36
Pará	3,14	10,57	0,43	4,48	-5,52
Rio de Janeiro	4,89	4,02	-0,81	2,27	-5,57
Bahia	5,32	4,38	-2,04	3,59	-5,82
Goiás	5,40	8,28	2,41	7,72	-5,83
São Paulo	4,55	2,66	-0,73	0,76	-6,05
Paraná	4,16	4,02	0,30	1,46	-6,62
Pernambuco	9,84	8,83	1,44	7,10	-7,03
Rio Grande do Sul	5,81	2,54	-0,85	1,20	-7,15
Minas Gerais	5,20	4,50	-1,68	1,69	-7,42
Espírito Santo	4,42	3,50	-1,19	1,04	-7,54
Distrito Federal	5,39	0,38	4,88	2,33	-7,75
Amazonas	3,53	9,66	-4,27	3,28	-8,00
Roraima	0,72	13,47	2,40	14,07	-12,21
Amapá	9,28	12,35	1,69	3,52	-12,54

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela 6 apresenta as variações dos índices de volume para as Unidades da Federação nos anos de 2011 a 2015. O padrão de queda visualizada nos anos de 2013 comparada a taxa de 2012 e uma seguinte recuperação em 2014 com conseqüente redução em 2015 é visualizado em todos os estados com exceção do Distrito Federal. Além disso, o estado do Piauí foi o único a apresentar crescimento em 2015 (1,08%).

5.1 Controle da metodologia

Dado que o presente artigo adotou o mesmo conceito de ACTs do estudo da Fundação João Pinheiro (2017), que calculou o valor adicionado das ACTs para o estado de Minas Gerais nos anos de 2010 a 2014, é

possível comparar os resultados obtidos para essa Unidade de Federação específica. Vale ressaltar que a diferença dos estudos reside na variável de escolha para desagregação. A Fundação João Pinheiro (2017) utilizou os pesos das variáveis de valor da produção (VP) e consumo intermediário (CI) oriundo do somatório das pesquisas estruturais do IBGE (Pesquisa Anual dos Serviços, Pesquisa Anual do Comércio, Pesquisa Industrial Anual e Pesquisa Anual da Indústria da Construção) aplicado diretamente no VBP e no CI, sendo o valor adicionado (VA) obtido por diferença. O presente estudo emprega os pesos da desagregação vindos da massa salarial empregado diretamente no VA.

A tabela 7 apresenta a comparação do valor adicionado das ACTs, dos quatro grupos que o compõem, a taxa de crescimento real e a participação do valor adicionado das ACTs no VA total para o estado de Minas Gerais. Os resultados são consideravelmente próximos entre os dois estudos para o VA das ACTs e para os grupos de transporte e alojamento e alimentação turístico, com exceção do ano de 2013. No entanto, quando se trata dos serviços administrativos complementares e das atividades de artes, cultura e lazer turísticos, o presente artigo subestima o primeiro grupo e superestima o segundo. As taxas de crescimento real apresentaram valores aproximados e o mesmo comportamento, com exceção de 2013. A participação das ACTs no estado de Minas Gerais tendeu a exibir, em média, uma diferença superior no estudo da Fundação João Pinheiro (3,15%) contra a 3,05% da média de 2010 a 2015 do presente artigo.

Também se considerou os resultados anuais obtidos pelo índice de volume da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) do IBGE em que apresenta um agregado especial do turismo a partir de 2011. Nota-se que o conceito de turismo é restrito às atividades presentes na PMS e, portanto, contempla um número menor de atividades comparado ao conceito utilizado por esse trabalho, além da PMS não contemplar todas as UFs.

Como a série temporal do estudo do IBGE (2012) apresenta uma ampla aproximação conceitual dos conjuntos das ACTs utilizado nesse artigo, deu-se continuidade à estimativa da economia do turismo após o período de 2004 a 2009 a partir dos resultados aqui alcançados. A tabela 8 apresenta o exercício realizado.

Ao comparar a sequência de valores e principalmente a evolução das participações dos grupos do turismo, já estava estabelecido em IBGE (2012) uma queda progressiva da participação do transporte em detrimento da maior parcela do alojamento e alimentação, bem como um leve aumento progressivo dos serviços administrativos e complementares e ligeira tendência de queda da participação do grupo de arte, cultura e lazer turístico. Uma ressalva de grande relevância é que o estudo do IBGE (2012) não utiliza a atual referência 2010 das Contas Nacionais, diferente desse trabalho que já emprega, ou seja, essa comparação exige cautela na análise. Isso pode explicar a mudança rápida na composição dos grupos das atividades turísticas. Todavia, revela-se que as tendências obtidas anteriormente se mantêm na série calculada.

Tabela 7 - Comparação dos resultados, variáveis selecionadas – Minas Gerais – 2010-2015

Especificação	Estudo	2010	2011	2012	2013	2014	2015
VA das ACTs (R\$ milhões)	Cálculo dos autores	9.168	10.384	11.828	12.355	14.899	14.095
	Fundação João Pinheiro (2017)	9.539	10.354	12.321	13.701	14.998	-
VA Transporte turístico (R\$ milhões)	Cálculo dos autores	2.171	2.405	2.515	2.423	2.748	2.972
	Fundação João Pinheiro (2017)	2.213	2.499	2.794	2.965	2.908	-
VA Alojamento e alimentação turística (R\$ milhões)	Cálculo dos autores	4.932	5.555	6.685	7.053	9.389	8.380
	Fundação João Pinheiro (2017)	4.933	5.096	6.665	7.084	9.559	-
VA Serviços administrativos e compl. tur. (R\$ milhões)	Cálculo dos autores	512	632	789	916	929	989
	Fundação João Pinheiro (2017)	1.534	2.077	2.392	2.715	1.718	-
VA Artes, cultura e lazer turístico (R\$ milhões)	Cálculo dos autores	1.552	1.792	1.839	1.963	1.833	1.755
	Fundação João Pinheiro (2017)	860	682	469	936	812	-
Variação percentual do índice de volume das ACTs (%)	Cálculo dos autores	-	5,20	4,50	-1,68	1,69	-7,42
	Fundação João Pinheiro (2017)	-	6,38	4,84	-0,41	0,24	-
	Pesquisa Mensal de Serviços	-	-	1,1	-0,3	4,1	-4,0
Participação das ACTs no VA Total (%)	Cálculo dos autores	3,00	2,97	3,06	2,88	3,28	3,08
	Fundação João Pinheiro (2017)	3,13	2,96	3,18	3,20	3,30	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 8 - Estimativa do Valor Adicionado das ACTs do Brasil e sua composição 2004-2015

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor Adicionado (R\$ milhões)												
ACTs	59.117	66.044	73.868	82.744	90.473	103.656	106.186	120.797	136.049	152.318	171.638	168.459
Transporte turístico	21.797	23.760	25.323	29.416	30.468	33.249	22.522	26.815	28.551	30.512	33.794	33.284
Alojamento e alimentação tur.	22.840	25.669	31.389	34.081	38.470	46.218	56.465	66.149	76.253	87.467	101.487	100.554
Serviços administrativos e compl. tur.	2.758	3.406	3.818	4.486	4.949	5.605	6.212	7.039	8.344	9.583	10.507	10.825
Arte, cultura e lazer turísticos	11.722	13.209	13.338	14.761	16.585	18.584	20.987	20.794	22.902	24.756	25.849	23.796
					Participação (%)							
Transporte turístico	36,87	35,98	34,28	35,55	33,68	32,08	21,21	22,20	20,99	20,03	19,69	19,76
Alojamento e alimentação tur.	38,64	38,87	42,49	41,19	42,52	44,59	53,18	54,76	56,05	57,42	59,13	59,69
Serviços administrativos e compl. tur.	4,67	5,16	5,17	5,42	5,47	5,41	5,85	5,83	6,13	6,29	6,12	6,43
Arte, cultura e lazer turísticos	19,83	20,00	18,06	17,84	18,33	17,93	19,76	17,21	16,83	16,25	15,06	14,13

Nota: O período 2004-2009 refere-se ao estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Minas Gerais (2012), o período 2010-2015 são resultados obtidos pelos autores deste trabalho

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo propor uma metodologia para mensurar o tamanho das Atividades Características do Turismo (ACTs). A proposta parte do princípio da mensuração pelo lado da oferta utilizando as mesmas técnicas empregadas para as atividades no âmbito das Contas Nacionais e Regionais. Utilizando dados do Brasil e de suas Unidades da Federação entre os anos de 2010 a 2015 foi possível mensurar e avaliar a evolução das ACTs a partir das estimativas do valor adicionado, índices de volume e preços para a economia turística brasileira, introduzindo o olhar regional ao desagregar todos os resultados por Unidades da Federação (UF).

A principal contribuição do artigo está na possibilidade de uso da metodologia proposta na mensuração da contribuição econômica de um conjunto de setores que compõem uma determinada atividade, como no caso do turismo, utilizando bases de dados de instituições públicas e permitindo uma comparabilidade dos resultados em nível regional, que no caso do Brasil representou a mensuração das ACTs para as 27 unidades da federação, para um período recente (2010 a 2015). Tudo isso tornou possível uma análise mais ampla e padronizada permitindo responder uma das principais perguntas que permeia a área de Economia do Turismo: qual a contribuição do turismo para a economia? Quais as unidades da federação e setores mais representativos? O método permitiu responder estas perguntas utilizando uma metodologia pelo lado da oferta, dado a carência de informações a nível das unidades das federações pelo lado da demanda.

O Brasil registrou um valor adicionado das ACTs em 2015 de aproximadamente R\$168,5 bilhões. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais responderam por 54% desse valor. Contudo, ao analisar a participação das ACTs para a economia, os estados litorâneos tendem a se destacar como são os casos de Rio Grande do Norte e Ceará que revezaram, no período de 2010 a 2015, no primeiro e no segundo lugar de maior peso das ACTs dentro de sua economia. Do total das 27 Unidades da Federação, 13 apresentaram participação superior à taxa de brasileira em 2015 (3,27%).

Os serviços de alojamento e alimentação apresentaram tendência crescente de participação e atualmente superam os 50% do valor adicionado das ACTs das Unidades da Federação. Observou-se também uma tendência da região Sudeste em ter uma participação maior no transporte em sua estrutura interna das ACTs quando comparado a outros estados, e a maior proporção do grupo cultural para os estados do Ceará, Pará e Mato Grosso do Sul. Também foi possível perceber que em alguns estados, as ACTs superam a agropecuária (Rio de Janeiro, entre outros) e até mesmo a indústria de transformação (caso de Roraima e Distrito Federal).

A avaliação do método de mensuração baseou-se em estudos que também construíram séries temporais para o valor adicionado das ACTs. Utilizando-se resultados encontrados de outros estudos para o estado de Minas Gerais como controle da metodologia aqui empregada, verificou-se que o valor adicionado total para as ACTs apresentou uma aproximação considerada positiva e a análise de tendência da série histórica dos estudos de economia do turismo do IBGE também convergiu para os resultados aqui apresentados. Entretanto, revelou que os valores estimados não estão alinhados aos encontrados na literatura para os grupos específicos de artes, cultura e lazer e serviços administrativos e complementares turísticos.

É válido ressaltar que a proxy massa salarial utilizada para estimativa do valor adicionado pode ser indicada ao uso quando se trata do transporte turístico e principalmente ao se tratar dos serviços de alojamento e alimentação, porém ainda merece mais discussões a respeito do seu uso em outros grupos do turismo. Além disso, é possível considerar para estudos futuros a diferenciação entre a demanda dos residentes e turistas a nível regional, como o estudo de Gonçalves (2016), que utilizou o coeficiente de atendimento turístico do Ipea (2006) para se aproximar mais da real atividade turística do estado de Minas Gerais. É possível expandir o presente estudo para todas as unidades federativas usando esse tipo de coeficiente.

Espera-se que com o presente estudo se torne mais fácil comparar o tamanho da economia do turismo via as ACTs nas Unidades Federativas do Brasil, por se tratar de uma metodologia unificada, facilitando, portanto, que sejam utilizadas e possam colaborar com diagnósticos, políticas e ações de melhoria e maximização dos benefícios da atividade turística para o país, além de despertar a atenção para continuidade dessa mensuração pelos órgãos oficiais tanto o nacional quanto os regionais.

REFERÊNCIAS

- Akkemik, K. A. (2012). Assessing the importance of international tourism for the Turkish economy: A social accounting matrix analysis. *Tourism Management*, 33(4), 790-801. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.09.002>
- Araújo, E.; Lino, L., & Feitosa, P. (2015). Impactos do Turismo sobre o Emprego na Região Metropolitana de Vitória-ES: uma aplicação de coeficientes de demanda. *Turismo em Análise*, 26(3), 518-540. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i3p518-540>
- Camargo, F. S.; Takasago, M.; Guilhoto, J. J. M.; Farias, W. R.; Imori, D.; Mollo, M. L. R., & Andrade, J. P. (2008). O Turismo e a Economia Brasileira: uma discussão da matriz de insumo-produto. In: Congresso da APDR, 14., 2008. [Anais eletrônicos...] Portugal: Tomar, 1-16.
- Casimiro Filho, F. (2002). *Contribuições do turismo à economia brasileira* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.11.2002.tde-03022003-162953>
- Cassimiro Filho, F., & Guilhoto, J. (2003). Matriz de Insumo-Produto para a economia turística brasileira: construção e análise das relações intersetoriais. *Análise Econômica*, 21(40), 227-263. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2410386>
- Dwyer, L. (2015). Computable general equilibrium modelling: an important tool for tourism policy analysis. *Tourism and Hospitality Management*, 21(2), 111-126. <https://doi.org/10.20867/thm.21.2.1>
- Faria, D. M. C. P. (2014). Turismo cultural y desarrollo regional: la metrópolis como referencia. *Periferica*, 15, 447-469. <https://doi.org/10.25267/Periferica.2014.i15.30>
- Faria, D. M. C. P. (2017). *Um museu no meio do caminho: Inhotim e o desenvolvimento regional*. Curitiba, Prismas.
- Frechtling, D. C., & Horvath, E. (1999). Estimating the multiplier effects of tourism expenditures on a local economy through a regional input-output model. *Journal of Travel Research*, 37(4), 324-332. <https://doi.org/10.1177/004728759903700402>
- Frechtling, D. C. (2010). The tourism satellite account: A primer. *Annals of Tourism Research*, 37(1), 136-153. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.08.003>
- Fundação de Economia e Estatística - FEE (2016). *Atividades Características do Turismo no RS em 2013: Valor Adicionado Bruto no Estado, Regiões do Turismo e municípios*. Porto Alegre: FEE.
- Fundação João Pinheiro - FJP (2017). *Economia do Turismo de Minas Gerais (2010-2014)*. Belo Horizonte: FJP.
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe (2010). *Estudos de impactos socioeconômicos potenciais dos investimentos do Prodetur Nacional Rio de Janeiro*. São Paulo: Fipe, 1-110.
- Gonçalves, C. (2016). Valor adicionado do turismo de Minas Gerais: um cálculo com os coeficientes de atendimento turístico. *Boletim de Conjuntura Econômica de Minas Gerais*, 9(2), 59-71.
- Gonçalves, C. C. S.; Faria, D. M. C. P. & Horta, T. A. P. (2020). *Base de dados do artigo Metodologia para mensuração das atividades características do turismo: uma aplicação para o Brasil e suas Unidades da Federação*, Mendeley Data, v. 2.
- Guilhoto, J.; Oliveira, A., & Grameiro, A. (2001). *Notas metodológicas de construção da matriz de insumo-produto para economia brasileira para 1999*. Piracicaba: DEAS/ESALQ/USP.
- IBGE (2012). *Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica: 2003-2009*. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, 18.
- IBGE (2015). *Nota metodológica da série do PIB dos municípios referência 2010*. Rio de Janeiro.
- IBGE (2019). *Sistema de contas nacionais: Brasil 2017*. Rio de Janeiro: Contas Nacionais, 67.
- Ipea (2006). *Metodologia do cálculo dos coeficientes de atendimento turístico e estimativas relativas ao emprego formal no setor do turismo com base nos dados da RAIS*. Brasília: Ipea.
- Kadota, D., & Rabahy, W. (2003). Conta Satélite de Turismo no Brasil: método de avaliação do impacto econômico do turismo. *Revista Turismo Em Análise*, 14(1), 65-84. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v14i1p65-84>
- Leontief, W. (1986). *Input-Output Economics*. Oxford: Oxford University Press. https://doi.org/10.1057/978-1-349-95121-5_1072-1
- Nodari, M. (2017). *As Contribuições do Turismo para a Economia de Foz do Iguaçu*. (Tese de Doutorado). Univer-

cidade Federal do Paraná, Curitiba.

Rabahy, W. A. (2019). Análise e perspectivas do turismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 1-13. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1903>

Rabahy, W. A., & Rejowski, M. (2001). Experiência brasileira em contas nacionais do turismo. *Turismo em Análise*, 12(2), 32-42. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v12i2p32-42>

Santos, G. (2016). Pesquisa científica em economia do turismo no Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 26, 79-88.

Santos, G. & Kadota, D. (2012). *Economia do Turismo*. São Paulo: Aleph.

Souza, P.; Guilhoto, J., & Silveira Neto, R. (2015). O setor de turismo na Região Nordeste: Medidas e Impactos a partir da Matriz Insumo-Produto Inter-Regional. In: Encontro de Economia Baiana, 11., 2015. [Anais eletrônicos...] Salvador: Economia Regional, 434-455.

Takasago, M., & Andrade, J. (2008). O modelo de Equilíbrio Geral Computável e o turismo no Brasil. *Economia do turismo no Brasil*. In: *A economia do turismo no Brasil*. Brasília: SENAC/DF. 41-80. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i2p445-469>

Takasago, M.; Guilhoto, J.; Mollo, M., & Andrade, J. (2010). O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE*. 40(3), 431-460.

Takasago, M., & Mollo, M. (2011). O potencial gerador de crescimento, renda e emprego do turismo no Distrito Federal - Brasil. *Turismo em Análise*, 22(2), 445-469, 2011.

UNStats (2008a). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs - Statistics Division. <https://doi.org/10.1787/9789264274105-en>

UNStats (2008b). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs - Statistics Division.

World Travel & Tourism (2018). *World Travel & Tourism Council: Travel & Tourism Economic Impact 2018*. Londres, Inglaterra: WTTC.

World Travel & Tourism (2019). *World travel & tourism*. WTTC Data Gateway.

Informações dos autores

Caio César Soares Gonçalves

Pesquisador da Fundação João Pinheiro (FJP). Doutorando em População, Território e Estatística Pública da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ence/IBGE). Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e mestre em economia aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estuda macroeconomia, séries temporais, produção e análise de estatísticas oficiais, economia dos serviços e o turismo sob a perspectiva econômica.

Contribuições: concepção da pesquisa, revisão da literatura, análise de dados e discussão.

E-mail: csgonc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3366-7560>

Diomira Maria Cicci Pinto Faria

Professora de Economia do Turismo no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (UFMG). Graduado em Economia (PUC-MG), especialização em Estatística (UFMG), mestre em Turismo pela Universidade de Alicante (Espanha), doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR-UFMG) em cotutela pela Universidade de Alicante (Espanha). Líder do grupo de pesquisa Turismo, Economia, Cultura e Território - TECT CNPq. Seus interesses de pesquisa se concentraram no turismo, cultura, economia e desenvolvimento regional, impacto do turismo e da pobreza e relações internacionais. Sua tese ganhou o Prêmio de Economia Criativa 2012 (MINC) na categoria Impacto Econômico.

Contribuições: concepção da pesquisa, revisão da literatura, análise de dados e discussão.

E-mail: diomirac@ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1325-7820>

Tatiana de Almeida Pires Horta

Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Participou do grupo de pesquisa Turismo, Economia, Cultura e Território - TECT CNPq do Departamento de Geografia da UFMG. Estuda a economia do turismo no Brasil e na América Latina, além de interesse em estudos do lazer e esporte.

Contribuições: coleta de dados, revisão da literatura, análise de dados e discussão.

E-mail: tati.almeidaph@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7197-8175>